



Reflexões sobre a luta na periferia do capitalismo: Frente de Luta Popular

Reflections on the struggle at the fringe of capitalism: Frente de Luta Popular

Renata Mena Brasil do COUTO*

<http://orcid.org/0000-0003-2030-0636>

Resumo: A nova fase do capitalismo, inaugurada a partir da crise desencadeada nos anos 1970, causou fortes abalos no pensamento crítico mundial, nos fazendo repensar as formas de ação política existentes. Discutiremos os impactos dessa história recente sobre os movimentos sociais brasileiros e a emergência de um novo tipo de protagonismo social, cuja identidade e ação se constroem a partir da impossibilidade da participação dos indivíduos nos marcos das relações entre capital e trabalho e na concorrência universal como forma comum e geral da vida social. A partir de ampla pesquisa documental, analisaremos a trajetória da Frente de Luta Popular, movimento social que reinventou estratégias e cenários de luta, transformando a cidade em espaço prioritário das disputas e conflitos sociais, tendo as ocupações de prédios públicos no centro do Rio de Janeiro como expressão máxima de seu programa.

Palavras-chave: Crise capitalista. Movimentos sociais. Ocupações.

Abstract: The new phase of capitalism, triggered by the economic crisis of the 1970's, caused a profound shaking-up of the world's critical thinking, making us rethink existing forms of political action. We will discuss the impacts of this rethinking on Brazilian social movements and the emergence of a new type of social protagonism, whose identity and actions grow from the inability of individuals to participate in the relationship between capital and labour and in universal competition, as the common and general form of societal life. Based on extensive documentary research, we will analyse the trajectory of the Frente de Luta Popular (The Front for Popular Struggle), a social movement that reinvented strategies and scenarios of struggle, transforming the City into a priority area for social disputes and conflicts, with the occupation of public buildings in Rio de Janeiro at the centre of their actions.

Keywords: Capitalist crisis. Social movements. Occupation.

Submetido em: 4/12/2018. Revisado em: 20/5/2019 – 6/1/2020. Aceito em: 15/1/2020.

Introdução

Os debates acerca da crise do capitalismo mundial se acentuaram a partir dos anos 1970 quando observamos o desencadear de um quadro crítico do modo de produção capitalista, cujo traço mais evidente foi o excesso de capacidade e de produção fabril, que teve como consequência uma menor lucratividade agregada à produção. Existe consenso entre os autores que discutem a crise de que, à época,

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Estrada da Gávea, 50, Gávea, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 22611-022. E-mail: <renatabr83@gmail.com>.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

mudanças fundamentais ocorreram no que diz respeito ao funcionamento do capitalismo. Um dos mais importantes indícios do caráter estrutural desta crise é a mudança nos padrões de desemprego e seu aprofundamento.

Em um contexto em que populações inteiras vem se tornando dispensáveis à lógica de valorização capitalista, pensar as bases para uma nova práxis nos exige olhar para além, para novos atores cujas práticas possivelmente jamais poderão ser localizadas nos marcos das relações entre capital e trabalho. Sem participação efetiva no mercado e sem representação nas esferas políticas tradicionais, esses atores precisam recorrer a outras estratégias e cenários de luta, transformando a cidade em espaço prioritário das disputas e dos conflitos sociais.

Neste sentido, destacamos a atuação da Frente de Luta Popular (FLP), movimento social que atuou prioritariamente na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos 2000 e 2008. Suas estratégias e práticas estiveram em plena sintonia com as transformações atravessadas pela cidade e, até encerrar suas atividades, o grupo esteve envolvido, de uma forma ou de outra, nos acontecimentos de maior importância e repercussão promovidos pelo movimento popular carioca. Conforme veremos, a FLP criou novos espaços de organização vinculados ao cotidiano e novas estratégias para a construção de laços de solidariedade e identidades coletivas, tendo encontrado nas ocupações de prédios públicos no centro da cidade do Rio de Janeiro a expressão máxima de seu programa, marcado por uma postura crítica em relação ao Estado e pela defesa do poder popular.

Assim, neste artigo, nosso objetivo é dar visibilidade às inovações introduzidas por este movimento no que tange à construção de uma forma social alternativa e as possibilidades de emancipação social, considerando que, na periferia, os limites do capital e a barbárie produzida na esteira do progresso são mais visíveis e, por isso, a compreensão do mundo a partir deste ponto de vista pode contribuir para a revitalização da teoria social crítica em um momento histórico em que a relação dialética entre civilização e barbárie precisa ser redefinida.

Para isso, inicialmente, lançamos mão de referenciais teóricos para compreender o contexto social da crise capitalista no qual emerge um novo tipo de protagonismo social. Em seguida, a partir de uma ampla pesquisa documental, analisaremos a trajetória da Frente de Luta Popular, identificando as estratégias que a permitiram resistir e alcançar importantes conquistas em um cenário em que o desemprego, a segregação e a guerra, transformada em um acontecimento cotidiano, tornaram-se traços marcantes do capitalismo e as únicas estratégias de manutenção de uma sociedade em decomposição¹.

Subsídios para compreender a crise do capitalismo

Há consenso entre os autores que discutem a crise de que uma mudança fundamental ocorreu nos anos 1970 no que diz respeito ao funcionamento do capitalismo. À época, a ideia de crise esteve em evidência, mas a reestruturação e reorganização política,

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa de tese intitulada *Frente de Luta Popular: reflexões sobre a luta na periferia do capitalismo* (COUTO, 2015).

econômica e social ocorrida nas décadas seguintes, e que de certa forma reafirmaram o potencial das já tradicionais estratégias de adaptação implementadas pelo Capital, fizeram com que uma dúvida pairasse sobre o caráter das mudanças desencadeadas então. Todavia, se considerarmos que foi o próprio processo de desenvolvimento do Capital o responsável por essa crise, ou seja, pelo desmoronamento da produção do valor, podemos considerá-la não só estrutural, como irreversível. Sua duração e alcance superam os limites historicamente conhecidos das crises cíclicas e, como seus sintomas têm se multiplicado e intensificado, isso faz parecer plausível que o conjunto esteja se aproximando de seus limites (KURZ, 2004).

Um dos mais importantes indícios do caráter estrutural desta crise é a mudança nos padrões de desemprego e seu aprofundamento. Quando o capitalismo enfim instaurou o padrão de produção fordista na Europa Ocidental, um excesso de capacidade e de produção fabril atingiu a economia mundial, fazendo com que uma menor lucratividade passasse a ser agregada à produção. À época, a solução encontrada foi realizar um amplo reordenamento ideopolítico e econômico do sistema, visando contornar, não só o esgotamento do boom econômico do pós-guerra, a ruptura do padrão dólar-ouro e a crise do petróleo, como também as pesadas burocracias e as dívidas públicas crescentes de estados nacionais intervencionistas e planejadores que se tornaram empecilhos para o livre desenvolvimento da economia de mercado (BRENNER, 2001).

Acompanhamos o retorno à cena da crítica liberal ao Estado junto com a longa e profunda recessão ocorrida entre 1969 e 1973, permitindo que os neoliberais avançassem com seu discurso de que a crise resultava do poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, responsáveis pela corrosão das bases da acumulação capitalista e dos gastos sociais do Estado. O neoliberalismo apresentou como principal meta a estabilidade monetária e, resumida no tripé privatização, abertura comercial e desregulamentação, a política neoliberal atingiu violentamente o Estado, ao mesmo tempo em que abriu caminho para a reconfiguração do cenário industrial internacional, alterando definitivamente a composição orgânica do sistema (ANDERSON, 1995).

A Terceira Revolução Industrial, também chamada de Revolução Técnico-Científica Informacional, trouxe inovações microeletrônicas que permitiriam a realização em larga escala de uma série de procedimentos mecânicos na produção, entregando a robôs e máquinas automáticas tarefas que antes dependiam da mão de obra humana. Acontece que, como dito, este era um período de crise, então não havia muito dinheiro para ser investido em novas tecnologias. Por isso, os esforços iniciais realizados buscaram estabelecer novos padrões organizacionais para produção, racionalizando-a, sobretudo, a partir da redução do número de trabalhadores empregados e, conseqüentemente, dos gastos com salários e direitos trabalhistas.

A reestruturação produtiva que acompanhou a Revolução Técnico-Científica Informacional, instaurada no início dos anos 1970, foi um dos elementos mais importantes para a limitada recuperação do quadro crítico do modo de produção capitalista. Ainda que sua implantação tenha variado de acordo com as condições de cada país, de um modo geral, o modelo japonês de gestão, conhecido como Toyotismo, foi amplamente difundido e tornou-se um dos principais elementos do processo de

globalização capitalista. O aumento das quantidades produzidas e a redução do pessoal empregado eram duas das principais estratégias implantadas nas fábricas reestruturadas (ALVES, 2005).

Conforme foi possível avançar na implementação de novos padrões tecnológicos, as principais tentativas de recuperação da lucratividade capitalista basearam-se na realização de maiores investimentos em capital fixo. O consumo da força de trabalho, com suas reivindicações, seus custos salariais e direitos trabalhistas, foi se tornando menos rentável frente à possibilidade de substituição de um grande número de trabalhadores por máquinas modernas. No que diz respeito à estrutura do capital, acompanhamos um deslocamento na sua composição orgânica, com um aumento significativo do capital constante e, conseqüentemente, uma redução expressiva do capital variável, ou seja, da força de trabalho.

Diante do desinteresse ou da incapacidade do Capital de incorporar grande parte da força de trabalho disponível, acompanhamos não só a emergência de uma gigantesca massa de sobrantes, como o agravamento da situação daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. Populações inteiras foram paulatinamente se tornando dispensáveis à lógica de valorização capitalista, o que nos colocou diante de uma contradição fundamental do próprio modo de produção. Ao invés de um crescente exército industrial de reserva, nos deparamos com uma humanidade supérflua, uma vez que as recuperações conjunturais não garantem a reabsorção de grande parte dessa força de trabalho.

É preciso acrescentar que os atuais parâmetros da racionalização produtiva não se restringem às indústrias e o setor de serviços também foi inundado por inovações que ampliam o desemprego em massa, como os caixas eletrônicos nos bancos e as catracas eletrônicas nos transportes. Se isso já parece um dado ultrapassado, o que dizer da indústria de transporte individual, que, em 2016, lançou uma modalidade de carro que dispensa o condutor? Isso em um período em que tornar-se motorista de aplicativos de transporte parece ser a principal estratégia de sobrevivência de muitos desempregados brasileiros.

As massas urbanas que sobram dentro das formas de produção capitalistas nas cidades encontram-se ainda com aquelas provenientes dos processos mais recentes de desapropriação no campo, conforme explica Menegat (2012). A agroindústria é uma das causas deste estreitamento. Na atual conjuntura capitalista, a vantagem dos países periféricos é a exploração de seus recursos naturais e este *novo velho* arranjo é responsável pelo sucateamento de extensas áreas rurais, expulsando a população do campo e incrementando o desemprego estrutural crescente que segue estressando as redes sociais de apoio, uma vez que muitas delas dependem da capacidade de arrecadação do Estado que já mostra sinais de esgotamento.

Os impostos são a principal fonte de arrecadação do Estado e, para isso, ele precisa tributar lucros reais de mercado ou rendimentos de trabalho. Entretanto, a combinação de menor lucratividade agregada à produção, maiores taxas de desemprego e menores salários fez com que os impostos se tornassem insuficientes para cobrir os gastos

estatais. Assim, ampliaram-se os pedidos de crédito, via Banco Central ou investidores privados. Como suas atividades são apenas de consumo, resta ao Estado apenas uma dívida pública inflada, cujos juros crescentes consomem parte significativa de seu orçamento. Sem meios autônomos de intervenção e com suas decisões financiadas por recursos provenientes de processos de valorização, a política acaba tendo seu papel ainda mais limitado à execução de tarefas voltadas para as necessidades de expansão do Capital (LUKÁCS, 2003). Revelações acerca das escandalosas relações estabelecidas entre as decisões políticas e os interesses do Capital surgem quase que diariamente nos jornais brasileiros, por exemplo. São pessoas de dentro dos governos forçadas a renunciar após escândalos de corrupção ou por não poderem se pronunciar quanto as mais importantes questões relativas aos seus ministérios ou áreas de intervenção. Temos ainda a ascensão meteórica de representantes de empresas ou de grupos financeiros aos mais importantes cargos políticos.

A expansão do sistema de crédito foi uma das estratégias usadas para tentar driblar a contração que a economia mundial sofreu nos anos 1980 e 1990. Desta vez, além de aprofundar os déficits públicos, conforme já havia sido feito anteriormente à época das grandes guerras, buscou-se o estímulo artificial da demanda por meio de um maior endividamento privado, tanto corporativo, quanto de consumo. Por um lado, empresas emprestavam dinheiro do sistema financeiro para investir na produção e, por outro, a população recorria a *indústria dos cartões de crédito* para consumir os insumos produzidos, resolvendo, temporariamente, o problema da enfraquecida demanda.

Essas transformações que se abateram sobre o sistema produtivo, sobre as relações de trabalho, sobre os mercados nacionais e internacionais, sobre as finanças, sobre a esfera política e sobre a vida social inauguraram uma nova época histórica e uma outra fase do capitalismo, causando fortes abalos no pensamento crítico em nível mundial. Pressupondo que a crise atual já não deriva de imperfeições do sistema e sim da maturidade de seu desenvolvimento, de sua substância destrutiva que impede e anula qualquer esforço de restringi-lo, a elaboração de soluções imanentes já não nos parece possível.

Compreender os desafios atuais e colocar-se criticamente frente ao capitalismo, discutindo as bases para uma nova práxis, nos exige subverter conceitos e formas tradicionais de atuação política. Mais do que uma divergência com estas formas anteriores, não acreditamos ser possível que estas ofereçam o instrumental necessário para a compreensão e superação da sociedade contemporânea.

Frente de Luta Popular

A razão pela qual a Frente de Luta Popular (FLP) foi escolhida como guia para este estudo repousa sobre o fato de que suas análises e estratégias de intervenção buscaram acompanhar as mudanças de seu tempo. Até 2008, quando encerrou suas atividades, o grupo esteve envolvido, de uma forma ou de outra, nos acontecimentos de maior importância e repercussão promovidos pelo movimento popular carioca. Concatenado com os impactos das transformações ocorridas no mundo do trabalho e a crise instaurada em suas tradicionais formas de representação, o coletivo buscou estabelecer-

se sobre novas bases sociais, a saber, um segmento populacional que crescia vertiginosamente à época de sua fundação, marcado pela informalidade e pela precarização; que não estava coberto pela rede de proteção do Estado, já devastada pelas estratégias de enfrentamento da crise perpetradas pelo capital; e que ainda não encontrava representação na esquerda tradicional.

Aparentemente dispersos, esses sujeitos encontravam-se concentrados em seus locais de moradia nas favelas e periferias da cidade, alijados dos benefícios dos projetos de revitalização e das políticas de habitação implementadas até então. Dois elementos merecem destaque na trajetória do grupo e trazem contribuições para a discussão acerca dos movimentos sociais: o estabelecimento das bases da FLP junto às massas sobranes, segmento populacional que se alargou violentamente após a III Revolução Técnico-Científica; e também sua postura crítica à aproximação entre os movimentos sociais e o Estado, rompendo com o giro institucional ocorrido, sobretudo, durante o período de redemocratização brasileiro.

À época de sua fundação, a FLP era majoritariamente composta por militantes marxistas que buscavam contornar os limites impostos pelo desenvolvimento capitalista às formas teórico-organizativas que hegemonizavam a esquerda até então, porém sem abrir mão de categorias fundamentais desta mesma tradição crítica. Parte significativa desses militantes havia experimentado, direta ou indiretamente, as lutas sociais do final dos anos 1970 e 1980. Por isso, ainda que cientes das fragilidades e das ambiguidades das práticas daqueles movimentos sociais, os membros da FLP não deixaram de reconhecer nos mesmos um vasto potencial contestatório e criativo que extravasava os limites das vanguardas partidárias e sindicais.

No entanto, tendo acompanhado o processo de redemocratização e de transformação das formas existentes de movimento social, tanto o *velho* quanto o *novo*, através de sua institucionalização, cooptação e desmanche, os militantes da Frente de Luta Popular não poderiam ignorar seus desdobramentos, conforme descrevem na primeira versão de seu manifesto (FRENTE DE LUTA POPULAR, 2001). Para que esses movimentos se tornassem estopins da transformação, a autonomia e a formação de suas bases deveria ter sido mantida no centro de suas formulações teóricas e de suas práticas cotidianas. Mas isso não aconteceu².

² O que acompanhamos no período de transição democrática brasileiro, permeado pela “grande crise”, foi a supressão dos processos de diferenciação de grupos e classes sociais que se esboçavam no interior da sociedade brasileira. O desejo generalizado de mudança social acabou por esconder as diferenças de perspectiva existentes, forjando uma nova aliança política que favoreceu as forças conservadoras. “E assim, as velhas soluções, às vezes com novas vestimentas, continua(ra)m a ditar as regras do dia-a-dia da relação entre Estado e Movimento Social” (JACOBI, 1987, p. 23). A autonomia, tão aclamada nos anos anteriores, foi paulatinamente marginalizada diante dos convites de participação em mesas, câmaras e conselhos participativos promovidos pelo Estado. Reforçando o que Oliveira (1985) afirmara acerca da nova cultura política que vinha sendo gestada à época, Arantes (2014) explica que a participação popular se transformou em participação cidadã e se tornou um discurso e uma forma de operar do Estado, agora já desprovida das *energias utópicas dos anos 1960 e 1970*. A partir de então, o avanço social passou a ser representado pela *inscrição no campo dos direitos, retirando-os do campo das reclamações e reivindicações*.

A partir dos anos 1980, o Brasil também começou a sentir mais profundamente os efeitos da crise capitalista, acompanhada pelos olhos atentos daqueles que viriam a formar a FLP. As mudanças ocorridas nos padrões de desemprego transformaram a carteira assinada em um privilégio de poucos, fazendo com que a década de 1990 fosse marcada pelo crescimento da precarização e da insegurança no que se refere à entrada e permanência no mercado formal de trabalho. A massa que estava sobrando no desenvolvimento capitalista começou a se ampliar significativamente e, por isso, o desemprego foi uma das questões definidoras das práticas da FLP. Ao compreender a situação a qual as classes subalternas estavam submetidas, o grupo pôde definir seu sujeito, seu espaço de intervenção e traçar suas estratégias de militância.

Foi também nos anos 1980 que os efeitos da crise econômica incidiram mais profundamente na cidade do Rio de Janeiro, palco prioritário de lutas da FLP. À época, a violência, antes restrita aos espaços marginalizados das favelas e periferias, começou a transbordar, afetando a cidade de modo geral. O aumento do desemprego, da informalidade e a expansão do comércio ilícito de drogas, aliados à incapacidade do governo em promover políticas sociais significativas, contribuíram para a disseminação de uma imagem negativa do município. Ainda que a violência não fosse um fenômeno novo para os moradores de grande parte da cidade, para os formadores de opinião, vide grande imprensa, empresários e políticos esta só se tornou problema quando passou a afetar a classe média carioca. A partir daí, a violência foi paulatinamente tornando-se pauta central da cidade do Rio de Janeiro. Os diferentes projetos políticos desenvolvidos podiam ser resumidos em uma perspectiva que buscava ordem e segurança privilegiando a coerção e repressão das *classes perigosas* em detrimento ao combate das causas da violência (COIMBRA, 2001).

Considerando que a Frente de Luta Popular se pautava pela realidade na qual estava inserida, não é de se estranhar que o recrudescimento da violência urbana no Rio de Janeiro, fruto da desagregação social, e a conseqüente ampliação da violência policial nas favelas e nas periferias tenham sido os elementos conjunturais mais importantes para a aglutinação dos vários setores do movimento popular carioca que viriam a formar a FLP. A Frente foi construída visando a organização de um ato conjunto de favelas para repudiar casos de violência policial. O *Dia de Luta do Povo contra a Violência* foi marcado para o dia 29 de agosto de 2000, mesma data em que ocorreu a chacina de Vigário Geral, em 1993.

Inicialmente, a Frente foi articulada apenas para a organização do ato e a ideia de torná-la um coletivo permanente surgiu depois. O grupo passou a se afirmar como uma união de movimentos populares independentes que visava organizar os protestos e lutas das ruas, sem a interferência de governos, policiais ou traficantes (C. E-mail “Re: Sobre a FLP”. s/d) Esses coletivos já atuavam há bastante tempo nas favelas e periferias do Rio e, por isso, sentiram diretamente o impacto das mudanças na política de segurança pública e nas relações sociais engendradas nas comunidades marginalizadas. Crítica ao acirramento da violência do Estado e distante da perspectiva de integração subordinada e focalizada do povo pobre das favelas e periferias, a FLP buscou dar visibilidade às lutas através do incentivo à auto-organização das comunidades.

A Frente de Luta Popular considerava o Estado um espaço limitado e não confiável para combater a violência por ele mesmo perpetrada. Sua estrutura era entendida como a continuidade de uma herança colonial que apoiou a escravidão e a matança de negros e índios no país, assim como sustentou a violenta repressão das oposições através de prisões e mortes durante a ditadura militar. Santos (2007), ex-militante da FLP, afirma que as bases do *Estado Policial* brasileiro repousam sobre um tipo peculiar de tirania doméstica de herança colonial, ainda que haja certa pressão da imprensa e de setores acadêmicos e políticos no sentido de reforçar à exaustão a consolidação da democracia brasileira³.

Neste sentido, a Frente de Luta Popular teve uma participação importante nas denúncias de abusos policiais nas comunidades. A coordenação das lutas que o grupo sempre buscou construir deu visibilidade a esses acontecimentos. Um dos mais emblemáticos episódios no qual a FLP esteve envolvida foi a organização da marcha *Posso de Identificar?*, realizada em 16 de abril de 2004. O nome da marcha foi uma referência às execuções que haviam se tornado uma constante no estado, nas quais os trabalhadores, mesmo portando seus documentos, não conseguiam sequer apresentá-los, identificando-se como *cidadãos de direito*. Essa manifestação reuniu milhares de pessoas e foi de suma importância para a mudança ocorrida nos discursos dominantes acerca desses acontecimentos violentos. Se até então as mortes que ocorriam nas comunidades eram sempre de bandidos e pelas mãos de bandidos, o enfoque da imprensa começou a ser forçosamente alterado e as autoridades tiveram que assumir a tarefa de apurar os fatos e fazer *justiça*. As comunidades assumiram papel de protagonistas na luta contra o preconceito e a violência, rompendo com seu histórico papel de perpetradores ou de vítimas dos abusos policiais. Para a FLP, esse movimento, assim como a fundação da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência⁴, representou a concretização de sua proposta inicial apresentada no primeiro *Dia de Luta do Povo contra a Violência*.

³ Se referindo ao bloco civil militar formado no Brasil em 1964, Arantes (2014) parece concordar que, por conta da ineficiência das elites civis na gestão de nossa fratura nacional, convivemos com a manutenção de dispositivos ditatoriais durante nossa *transição infundável* e até hoje. Na Constituição de 1988, legitimada pela *dramaturgia cívica*, podemos encontrar uma série de elementos que reforçam a ideia de uma *ditadura constitucional*, como o artigo 142, que entregou às forças armadas a garantia da lei e da ordem. Arantes assim define assim o que ele chama de “Estado Oligárquico de Direito”: “[...] um regime jurídico político caracterizado pela ampla latitude liberal-constitucional em que se movem as classes confortáveis, por um lado, enquanto sua face voltada para a ralé que o recuo da maré ditatorial deixou na praia da ordem econômica que ela destravou de vez se distingue pela intensificação de um tratamento paternalista-punitivo” (ARANTES, 2014, p. 292).

⁴ “Fruto da luta mais organizada das comunidades e dos movimentos sociais contra a violência de Estado, a arbitrariedade policial e a impunidade” (REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA, 2006), a Rede tornou-se o fórum privilegiado de discussão sobre questões relativas à violência nas comunidades, onde os moradores locais tinham possibilidade de manifestar sua opinião e decidir sobre os caminhos da luta. Cabe registrar que as relações institucionais estabelecidas posteriormente pela Rede, a fim que avançar os direitos legais dos familiares das vítimas de violência, foi assunto polêmico entre os militantes da FLP. Essa discussão remete aos limites possíveis da autonomia dos movimentos sociais. No que diz respeito ao *front* dos Direitos Humanos, Arantes (2014) afirma que sua antipolítica, em seu sentido libertário, com seu caráter conflitivo, presente em seu período épico de confronto com a violência exterminista e desaparecedora do Estado, acabou se convertendo em mera política pública, banalizada e burocratizada nas engrenagens das atuais tecnologias de controle social. Ao mesmo tempo em que legitima a resistência dos indivíduos frente às violências sofridas, o discurso dos direitos humanos legitima as políticas de Estado, responsáveis por tais violações.

Ocupações Sem-Teto

A partir de então, o grupo pôde se dedicar a uma nova frente de lutas relacionada às ocupações sem-teto⁵. Desde os anos 1980, começaram a emergir no Rio de Janeiro movimentos sociais de luta por moradia, visando a regularização de lotes em áreas periféricas e favelas, assim como a ocupação de imóveis ociosos no centro da cidade. Além da desigualdade social, a herança de diversos prédios públicos abandonados ou subutilizados pela transferência da capital para Brasília serviu de base para esses movimentos. A questão da moradia com uma perspectiva de luta, não só por um lugar na cidade, mas também visando interferir nos rumos de seu desenvolvimento, fez com que a FLP se aproximasse da luta dos sem-teto. A questão foi paulatinamente tornando-se prioridade para o grupo, que incentivou a retomada das ocupações urbanas no centro da cidade do Rio de Janeiro e subverteu o modelo de ocupação que até então era referência para o movimento.

Ainda que a conquista de moradia, a reforma urbana, a transformação social e a luta pelo poder popular (MTST, 2005 apud GOULART, 2011) aproximem MTST e FLP, a forma de atuação dos dois grupos se difere não só pelos territórios privilegiados de atuação (terrenos nas periferias das cidades x prédios públicos abandonados no centro), mas também pelos modelos políticos de gestão adotados nas ocupações que apoiam. Aquelas vinculadas ao MTST se organizam por meio de uma hierarquia de coordenações, variáveis conforme a escala, que vão desde a coordenação nacional até as coordenações de quadras dos acampamentos, que representam a base social do movimento constituída pelos *moradores comuns* que permanecem alijados de parte das instâncias formais de deliberação. Já as ocupações vinculadas a FLP adotaram um modelo de gestão horizontal e sem coordenação, no qual a única instância deliberativa era composta exclusivamente por moradores, chamadas de assembleias de moradores ou de coletivo. Conforme classificado por Souza e Teixeira (2009), denominamos essa fração do movimento sem-teto como *variante por coletivo* em oposição ao modelo *variante por coordenação* adotado pelo MTST.

O *coletivo* é o conjunto dos moradores que possuem direito a voz e voto nas assembleias onde tratam-se de todos os assuntos relativos às ocupações, desde os usos e funções dos espaços internos dos prédios até suas formas de participação política. Nas ocupações, o objetivo da Frente era transmitir, através da prática, conhecimentos específicos relacionados à ação direta e aos fundamentos políticos e jurídicos que fundamentavam o movimento. O coletivo interno das ocupações era fortalecido a fim de dificultar as interferências dos agentes externos e a captura e instrumentalização do movimento por partidos, sindicatos e demais instituições.

Conforme explica Almeida (2011), a forma horizontalizada, caracterizada por relações políticas não hierarquizadas, fez com que cada uma das ocupações apoiadas pela FLP tenha apresentado um desenvolvimento próprio que manteve maiores ou menores traços de aproximação com o modelo proposto originalmente. Ainda que as ocupações

⁵ Promessa de campanha do presidente eleito em 2003, a transformação de prédios públicos desocupados em moradia popular impulsionou e garantiu o combustível inicial para a luta das ocupações.

Chiquinha Gonzaga (OCG - 2004), Zumbi dos Palmares (OZP - 2005), Quilombo das Guerreiras (OQG - 2006) e Machado de Assis (OMA - 2008) tenham sido iniciadas com o apoio de ativistas vinculados a FLP e, conseqüentemente, tenham adotado, pelo menos inicialmente, o modelo horizontalizado descrito anteriormente, podemos afirmar que foi nas duas primeiras ocupações que a participação da Frente, enquanto organização, foi mais expressiva.

As expectativas em relação às ocupações eram grandes, tanto pelo seu potencial para a construção de formas diferentes de sociabilidade entre os moradores, quanto pela possibilidade de conquista de melhores condições de vida para o povo através de sua auto-organização. Como destaca Almeida (2011), dentro da perspectiva de construção de formas alternativas de organização política e de militância popular, as ocupações funcionaram como uma espécie de laboratório e, por isso, já era esperado que surgissem problemas para os quais a FLP não tinha respostas.

Enquanto na Ocupação Chiquinha Gonzaga, a FLP tinha que lidar com disputas entre moradores e militantes de grupos políticos distintos e que possuíam métodos de intervenção e interesses divergentes; na Ocupação Zumbi dos Palmares, a dificuldade maior era a implementação da autogestão em um ambiente marcado por relações violentas e identidades vinculadas a facções criminosas. Em ambos os casos, foi o modelo de ocupação organizada por coletivo que se tornou alvo de disputas, seja por movimentos tradicionais de esquerda acostumados com a hierarquia de suas organizações, seja pela estrutura verticalizada e violenta que organiza a sociedade. A manutenção do coletivo como instância máxima de deliberação e decisão da ocupação exigia esforços constantes de moradores e militantes.

Hoje, por motivos diferentes, tanto a OCG quanto a OZP já não contam com seus coletivos outrora tão fortalecidos ao ponto de enfrentar complexas polêmicas, relativas ao tráfico de drogas, ao abandono de menores, à violência doméstica, a pequenos furtos, etc. Se a Ocupação Chiquinha Gonzaga ainda espera uma solução para seus problemas vinda das instâncias governamentais; a Ocupação Zumbi dos Palmares sofreu um processo de desocupação negociada em 2011, quando parte de seus moradores aceitou casas populares na zona oeste e outra parte recebeu uma indenização no valor de vinte mil reais.

A FLP apostou na ideia de que a autogestão dos coletivos garantiria a sobrevivência dos mesmos, o que acabou se provando um equívoco. Os novos moradores/militantes que estavam sendo formados nos processos de ocupação não tiveram tempo suficiente para amadurecer e assumir as tarefas e reponsabilidades como se esperava. Além disso, a aproximação de uma nova safra de militantes, em virtude do *caráter inovador* das ações empreendidas pela Frente, fez com que os debates acerca de sua forma de organização se acirrassem. Dividida entre a recuperação de suas características de frente de massas e a sua transformação em uma organização fechada, ao estilo dos partidos tradicionais, a FLP não conseguiu sobreviver às mudanças ocorridas no contexto social e político no qual esteve inserida.

Marcadas pelo aprofundamento das alianças entre os governos federal, estadual e municipal com vias à revitalização da região central da cidade do Rio de Janeiro e pelo acirramento da violência derivada deste projeto, as políticas urbanas implementadas à época refletiram o acirramento das formas de governar as populações pobres e gerir as cidades. A retomada das remoções; a implementação de programas de controle disciplinar organizado, como o Choque de Ordem; e o controle policial militar das favelas, através da chamada política de pacificação fazem parte do rol de ações implementado. Acompanhamos ainda o fortalecimento da esquerda política hegemônica e governista, que desenvolveu e aprofundou suas técnicas de gerenciamento de crise, desde a guerra total até a cooptação da participação popular, passando também pela distribuição ampliada de bolsas famílias, contribuindo para a conformação social (ARANTES, 2014).

A manutenção de diversas frentes de atuação, o comprometimento de seu espaço de discussão política e as dificuldades de interpretação crítica acerca das transformações em curso revelaram-se uma combinação desastrosa para a FLP, que encerrou suas atividades em 18 de outubro de 2008.

Considerações finais

A Frente de Luta Popular foi responsável pela criação de um caldo cultural próprio e de uma cultura política embrionária, baseada no poder popular e na autonomia das classes populares. Ainda que não tenha sido capaz de generalizar sua experiência, o que decretou o encerramento de suas atividades, a FLP estimulou a formação de sujeitos capazes de construir novas formas sociais embrionárias e novas formas de participação política que extrapolassem o já falido sistema democrático representativo. Sua proposta foi fundamental no cenário de lutas carioca do início do século XXI, que, enfraquecido pelas *campanhas de paz*, que reforçavam o cenário de guerra pela *unificação* da cidade, ainda era hegemônico por um tipo de intervenção política voltada quase que exclusivamente para uma classe trabalhadora em crise, com seus partidos e organizações vanguardistas e centralizadoras, com sua estrutura verticalizada, quando não dependente do Estado e portadora de um discurso policlassista.

Como frente, a FLP não se aprofundou em discussões teóricas porque compreendia seu papel aglutinador e seu objetivo de aproximar militantes para a realização de atividades conjuntas, mas também porque acreditava que as novas formas de sociabilidade não seriam derivadas necessariamente de um longo e profundo embate político e sim das necessidades objetivas das classes populares. O grupo apostou na construção de laços de solidariedade forjados a partir de uma unidade na luta, visando contornar a fragmentação da esquerda tradicional, diferencial que esteve na base de seu desenvolvimento e das ações que propôs.

No conceito de poder popular está implícita uma ruptura com a ideia de que seria possível a construção de espaços alternativos de intervenção política ou a criação de formas alternativas de sociabilidade sem confrontos e embates com a ordem capitalista. O processo de crescimento e educação mútua nas lutas populares está na base da construção do poder popular, assim como o fortalecimento e a articulação de

organizações vinculadas ao cotidiano, visando sua transformação em alternativas para o Estado em todas as suas funções.

Sobre a questão da autonomia, no caso da FLP, ela remete a uma crítica estrutural ao Estado, ou seja, a impossibilidade de sua apropriação e transformação nos marcos de interesses populares emancipatórios. As experiências revolucionárias ocorridas no século XX lograram importantes melhorias de vida para a população que, embora fundamentais, foram incapazes de fazer brotar um mundo novo. Baseadas no Estado, elas provaram sua inadequação no que diz respeito à criação de relações sociais emancipatórias. Mais do que uma questão de princípio, no caso da FLP, a defesa da autonomia derivava, sobretudo, das experiências e análises de seus militantes relativas à institucionalização dos movimentos sociais brasileiros ocorrida nos anos 1970 e 1980.

Esse elemento aproximou os movimentos que formaram a Frente assim como estabeleceu os limites de sua aproximação com os organismos institucionais que a apoiaram ao longo de sua história. Ainda que a contradição entre a luta por autonomia e as reivindicações dos movimentos sociais esteja na raiz das relações da sociedade produtora de mercadorias, a FLP exercitou o quanto possível esta questão e se manteve atenta às suas armadilhas, evitando que o Estado fosse considerado o único responsável pela ausência ou pela oferta de equipamentos urbanos públicos, o que afastaria os conflitos das relações capitalistas de produção. Ao mesmo tempo em que apoiava reivindicações por direitos, que implicavam em um maior acesso aos fundos públicos, pressupostos de financiamento da acumulação capitalista e também da reprodução da força de trabalho, a Frente propunha estratégias alternativas de desenvolvimento para o movimento popular, como mutirões e cooperativas de trabalho, a fim de afastá-lo da gravitação exclusiva em torno do Estado.

As experiências propostas pela FLP devem ser entendidas tanto como um processo de autogestão quanto como um processo de autoformação. Isso porque seus militantes propunham formas novas de sociabilidade que não tinham precedentes ou fórmulas próprias de funcionamento. Ainda que enquanto formação e experimentação esse tipo de intervenção tenha sido bastante positiva, nem sempre os resultados alcançados foram aqueles desejados. Todavia, é preciso lembrar que contradições fazem parte de qualquer experiência de movimento social e focar nos seus limites ou na fragilidade de suas estratégias de tomada de poder não deve ocupar o centro do debate, sobretudo se considerarmos que os setores populares só revelam sua potência em ação e não devem ser caracterizados de maneira estanque e apriorística. Pensar o que poderia ser feito através do Estado, de partidos ou das diferentes combinações entre eles distorce o centro do debate que deve ser a mobilização social dos sujeitos da transformação, suas formas de organização e as diferentes formas de relações sociais que eles engendram, criando experiências singulares que possam contribuir para a superação da barbárie, que já começa a brotar nas fraturas do capitalismo.

Referências

ALMEIDA, Rafael. A “microfísica” do poder instituinte e sua espacialidade: “campos”, territórios e redes no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. 2011.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha: os EUA na economia mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

C. E-mail “Re: Sobre a FLP”, s/d. (Para preservar a identidade dos envolvidos, os demais dados foram propositalmente omitidos).

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COUTO, Renata M. B. do. **Frente de Luta Popular: reflexões sobre a luta na periferia do capitalismo**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

FRENTE DE LUTA POPULAR (FLP). **Manifesto da Frente de Luta Popular**. São Paulo, 2001.

GOULART, Débora. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST**. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2011.

JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais Urbanos numa Época de Transição: limites e potencialidades. In: SADER, E. (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: UFJF; PAZULIN, 2004.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

OLIVEIRA, Francisco. Além da transição, aquém da imaginação. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 12, pp. 2-15, jun.1985.

REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA (RCMCV). Histórico da rede. Rio de Janeiro: Rede de Comunidades e Movimentos Contra a

Violência, 2006. Disponível em: <http://redecontraviolencia.org/Home/11.html>. Acesso em 03 set. 2018.

SANTOS, Jobson L. dos. **As bases do estado policial no Brasil: a tirania doméstica**. Rio de Janeiro: Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, 2008. Disponível em: <http://redecontraviolencia.org/Artigos/322.html>. Acesso em: 3 set. 2018.

SOUZA, Marcelo; TEIXEIRA, Eduardo. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, 2009.

Renata Mena Brasil do COUTO

Pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) e graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
